PROBLEMATA
International Journal of Philosophy

Problemata - Revista Internacional de Filosofia
v. 17. n. 3 (2026), p. 60-67 ISSN 2236-8612
doi:10.7443/problemata.v17i3.79306

BERNARD WILLIAMS E A SORTE MORAL

BERNARD WILLIAMS AND THE MORAL LUCK

Cristiano Bonneau[1]

Resumo:

O texto trata do conceito de sorte moral elaborado por Bernard Williams, contrapondo-o à tradição filosófica que busca afastar a contingência para garantir o controle do sujeito sobre seu próprio destino. Exemplos como Édipo Rei e Maquiavel ilustram o peso da fortuna, enquanto Kant tentou extirpar o acaso para fundamentar uma razão prática racional, portanto, universal. Williams critica a ilusão de imunidade moral à sorte, argumentando que as disposições morais e os motivos das ações são condicionados por fatores imprevistos e fora do controle do agente. Ele introduz a noção de "lamento" como uma avaliação retrospectiva em primeira pessoa que constata o êxito ou o fracasso de uma escolha após a consolidação dos fatos. Através do "paradigma do artista" com Gauguin, o autor discute as dimensões da sorte intrínseca e extrínseca na busca por justificação dos atos morais. Assim, o pensamento de Williams expõe a precariedade e os limites da racionalidade humana diante de um mundo imprevisível. Por fim, evidencia-se a grande distância existente entre o fato e o valor e entre o agente e o valor universal. Essa perspectiva em Williams adota um caminho não-objetivista que reconhece a uma visão radical da contingência que se faz presente e opera na ética. Desse modo, a ética deixa de ser um terreno de mera antecipação da ação para se tornar um saber que assume a fragilidade das avaliações humanas.

Palavras-chave: Sorte moral; contingência; lamento do agente; Bernard Williams; ética

Abstract:

The text addresses the concept of moral luck theorized by Bernard Williams, contrasting it with the philosophical tradition that seeks to eliminate contingency to guarantee the subject's control over their own destiny. Examples such as Oedipus Rex and Machiavelli illustrate the weight of fortune, while Kant tried to extirpate chance to ground a universal practical reason. Williams criticizes the illusion of moral immunity to luck, arguing that moral dispositions and motives of actions are conditioned by unforeseen factors beyond the agent's control. He introduces the notion of "regret" as a first-person retrospective evaluation that acknowledges the success or failure of a choice after the facts are consolidated. Through the "artist paradigm" with Gauguin, the author discusses the dimensions of intrinsic and extrinsic luck in the search for justification. Thus, Williams' thought exposes the precariousness and limits of human rationality when faced with an unpredictable world. Finally, it highlights the vast distance that exists between fact and value, as well as between the agent and universal value. This perspective in Williams adopts a non-objectivist path that recognizes the radical contingency present in ethics. In this way, ethics ceases to be a field of mere anticipation of action to become a knowledge that assumes the fragility of human evaluations.

Keywords: Moral luck; contingency; agent regret; Bernard Williams; ethics

[1] Doutor em Filosofia (USP). Professor do Departamento de Filosofia (UFPB)/Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF/UFPB). Email: crbonneau@ig.com.br, Lattes: https://lattes.cnpq.br/2670125943797682

Essa é uma temática que tem o potencial de alimentar diversas polêmicas no horizonte de uma discussão sobre a ética, tendo em vista que a noção de sorte ou de fortuna podem relacionar-se ao que na filosofia tratamos como mundo contingente, portanto, fora de nosso controle e distante de qualquer domínio pelos instrumentos teóricos/intelectuais/mentais que dispomos. Bernard Williams[2] nomeia essa tentativa de escapar da sorte como um *refúgio desesperado do espírito* (Williams, 2013, p. 28). Essa é uma questão importante na Filosofia, não obstante, lembremos de dois episódios que acarretaram em momentos decisivos, o que determinou radicalmente os acontecimentos e as avaliações que a partir desses eventos se sucederam.

O primeiro, em Édipo Rei[3], deu-se no mau encontro de Édipo com o rei Laio – na ocasião da morte do monarca- assassinado pelas mãos do filho até então, totalmente ignorado. Antes mesmo, nos primeiros dias de vida de Édipo, ao ser lançado rio abaixo dentro de um cesto, boiando na água, podemos calcular ou imaginar o que ocorreria caso o berço virasse ou ficasse preso em uma margem do rio a ermo. Outro episódio é como Maquiavel estabelece a balança entre fortuna e competência[4], dividindo ao meio o poder dessas duas forças atuantes no processo decisivo histórico. Vale ressaltar que, no século XVIII, Kant procura esvaziar ao máximo a pauta do acaso, que considera anti-racional, para fundamentar uma razão prática como condição de ação com critérios universais e racionalmente válidos. Tanto o sentimento moral quanto a felicidade são extirpados desse nível de avaliação sobre a ética e a tomada de decisões. No cerne do arcabouço do pensamento ético apresentado pelo filósofo alemão, o reino dos fins esvazia-se de vez das tradições teleológicas gregas e cristãs, equiparando razão com responsabilidade e liberdade. Por essa razão,

> (...)todos os conceitos morais têm a sua sede e origem completamente a priori na razão humana mais vulgar como na especulativa em mais alta medida; que não podem ser abstraídos de nenhuma mais vulgar como na especulativa em mais alta medida; que não podem ser abstraídos de nenhum conhecimento empírico e por conseguinte puramente contingente; que exatamente nesta pureza da sua origem reside a sua dignidade para nos servirem de princípios práticos supremos" (Kant, 2009, p. 41).

Vejamos que, entre outros, o mérito de Williams na sistematização de sua 'Sorte moral' é demonstrar que, não podemos cair na ilusão de não considerarmos que as condições de imprevisibilidade de nossas ações são tão decisivas quanto aquelas que julgamos termos condições de prescrever. Se as ciências exatas e naturais, nos conduziram ao reino do incondicionado - enquanto aqueles juízos e enunciados libertos da contingência, portanto, necessários- esse modelo sujeito-predicado influenciou as sistematizações e construções teóricas que viriam a buscar um paradigma ideal para o agente-decisão-ação no campo da moral.

---

[2] Bernard Williams nascido em 1929, formado na Universidade de Oxford e nomeado professor na Universidade da Califórnia. Com obras de fôlego em Filosofia Moral, além de outros temas filosóficos contribuiu de forma inestimável com a reflexão sobre os limites da ética e a crítica sobre o alcance e a extensão da filosofia moral. Referências teóricas, bibliográficas e temática in: Dicionário de Ética e Filosofia Moral de Canto-Sperber, 2013.

[3] Episódio da peça de Sófocles, que descreve todo o caminho percorrido por Édipo, suas escolhas e as descobertas sobre as consequências dessas.

[4] Virtù e Fortuna são os termos que marcam as condições de enfrentamento do sujeito que pretende manter e/ou conquistar o poder. Cap. VI, do Príncipe de Maquiavel.

Para Williams, não podemos garantir, de forma alguma, que nossas ações resultem com perfeição ou mesmo com proximidade no resultado que esperamos para elas. É justamente essas condições que envolvem nossas deliberações, que estão sujeitas às forças das quais podemos não ter qualquer ideia de atuação, que a ética enquanto um conhecimento próprio da moral deve ser considerada. Há uma importante tradição na filosofia que intenta dotar o sujeito ou agente de autonomia e capacidade de controlar seu próprio destino. São as doutrinas da serenidade clássica (Williams, 2013, p.14) que buscam sustentar que: 1) há uma finalidade da vida, um propósito, uma teleologia, um bem viver; 2) a felicidade e o bem-estar são preocupações humanas por excelência, nem os deuses ou os animais possuem qualquer preocupação nesses quesitos; 3) para alcançar esse patamar ou estágio da existência plena é preciso buscar a autossuficiência e que nos determinemos como autarquia psicossomática; 4) o resultado desse processo é o controle do agente por ele mesmo, ainda que diante de situações limites, como o desejo, a falta, o amor ou a morte; 5) finalmente, reunimos em nós mesmos, como interioridade e sujeitos racionais, as condições acima descritas.

Diante disso, o sábio torna-se aquele capaz de construir sua imunidade diante das contingências, do acaso, da fortuna e da sorte que por ventura, possam surgir. Vive uma existência que não é determinada de 'fora' para 'dentro', ao contrário. Daí a ética como um movimento de busca, de descoberta e de conhecimento do incondicionado e do reino dos fins[5], enquanto juízos livres da contingência. Diante da heteronomia dos eventos e suas repercussões, busca-se estabelecer a autonomia da razão, como condição para a liberdade e o gozo de uma vida ética plena.

O que se manifesta até aqui consiste em um tipo de pensamento tradicional em que as contingências não possuem competência para pautar e determinar qualquer juízo de valor moral. Aquilo que determina o campo do incondicionado, como uma esfera imune às contingências, seria a própria vontade incondicionada, ou seja, a intenção ou o motivo que nos leva a determinada ação. O valor não poderia ser estabelecido nem na forma como agimos nem naquilo que nos propomos a ser, pois ambos são eventos precedentes, quiçá campos de atuação da política e da ciência.

De certa forma, esse raciocínio que se propõe apodítico, busca resguardar o *lócus* ou a fonte incontaminada nos quais surgem as avaliações morais. Deliberar, decidir e agir seriam apenas consequências do primeiro motor da vontade incondicionada. Aqui o controle e a necessidade de achar um fundamento seguro para a avaliação moral, une tendências éticas ligadas às virtudes e à deontologia. Williams demonstra que esse movimento, ao buscar extrair da ação ou de uma ontologia as considerações valorativas, estaria no fundo, procurando uma forma de eliminar a sorte e a fortuna do horizonte ético. Não obstante, estaria propondo uma avaliação que desconsideraria o próprio mundo em que vivemos com todas as suas adversidades e contradições. Considerações que dizem respeito às razões de nosso nascimento; se temos uma educação melhor ou mais abastada e ainda; se somos agraciados por Deus; são extirpadas da valoração da ação moral, pois o ponto de partida e de chegada aqui é a defesa, de que no âmbito da racionalidade somos todos iguais.

[5] Distinção clássica kantiana que marca a diferença ente o Reino dos Fins e o Reino dos Meios como finalidade da razão prática, na 'Fundamentação da Metafísica dos Costumes`.

Dessa forma, traz-se a ação para o campo de atuação plena da razão, enquanto razão prática, como um raciocínio determinado, com campo próprio, que diz respeito somente ao horizonte da ação. O conteúdo do agir humano torna-se radicalmente distinto de qualquer outro evento considerado natural. Esse é o critério almejado por Kant para a moral, como uma instância universal. Somente partindo desse paradigma seria possível construir noções de justiça, equidade ou de dignidade. A questão está lançada e Williams irá promover uma crítica ao modelo de uma ética que busca seu fundamento partindo do incondicionado e da razão absoluta. Essa não poderia ser uma garantia de superioridade do agente diante dos episódios morais vigentes. Por isso, a *"moral mesma não pode resultar imune à sorte: de modo mais básico, as disposições morais, por mais que se situem na área da intenção e do motivo, estão tão condicionadas como qualquer outra coisa"* (Williams, p. 29). O problema consiste em justificar não apenas uma esfera pura da razão prática e das deliberações, mas as razões de haver nesse caso a imunidade moral da sorte, ou até mesmo, uma imunidade parcial dela.

Entramos no terreno das justificações, enquanto teorias que articulam fato e valor, que constituem o fundamento da própria racionalidade, na medida em que não somente teríamos que justificar os valores, estes ou aqueles, entrementes, porque uns são melhores do que outros. Outrossim, parece-nos haver aqui uma grande oportunidade de discutir sobre as possibilidades mesmas de empreendermos a justificação das virtudes. Há preferências para a justiça, a temperança e a coragem em detrimento de outras virtudes? Como podemos justificar a eleição dessas e não de outras sem correrrmos o risco que irmos contra o argumento que pretendemos sustentar?

Ao considerar a sorte, Williams não pretende desqualificar Platão, Aristóteles ou Kant, mas procura demonstrar que é prudente para a nossa reflexão prescindirmos das contingências no campo da ética. Em grande medida, talvez seja a filosofia um saber privilegiado em poder enfrentar uma questão com tamanhos espinhos e extremamente perigosa. Na medida em que o objeto de suas reflexões escapa ao *modus ratiocinator*, o cálculo deve ser revisto, revirado e criticado, para retornar ainda mais claro ou menos confuso diante do problema que pretende deslindar.

Williams abre caminho para discutir a questão da sorte lançando o tema do *lamento* em seu texto. Define o termo como "*a justificação e a observação retrospectiva para com as próprias ações"* (Williams, 2013, p. 34), sendo assim uma forma de dar um *status* de racionalidade á ação específica de quem a cometeu. Em um primeiro momento é importante marcar que lamentar-se é uma ação somente possível em primeira pessoa, na medida em que o pensamento se fixa no que eu fiz, no que me fizeram, o que me aconteceu e o que meus atos provocaram naquele instante. Há uma distância enorme entre estabelecermos um vínculo com o futuro e firmarmos uma reflexão sobre o passado. As matrizes e conteúdos oferecidos por um ou outro são qualitativamente distintas, na medida em que o passado pode ser pensado sem seu futuro, mas o contrário não pode ocorrer.

O que passou sempre é condição para aquilo que virá a ser e o que ainda tornar-se-á, o que constitui, mesmo que praticamente certo ou seguro, um campo de meras possibilidades. Por isso, os sentimentos que nos ligam a um ou outro momento não podem ser os mesmos. O lamento só pode ocorrer mediante uma determinada sorte já concluída. Essa consolidação é o seu conteúdo e desse instante que podemos definir se uma ação moral obteve êxito ou não. Por isso a sorte torna-se um fator decisivo em Williams, pois não temos nenhum instrumento

ou condição cognitiva capaz de apreende-la, dominá-la e garantir absolutamente que as coisas serão como estamos prevendo ou almejando.

Por isso, uma ciência da moral ou ética, diferente de outros saberes, por possuir um objeto de investigação tão difícil e escorregadio e ainda, não poder utilizar-se em maior grau de outros modelos de conhecimento para angariar e promover os saberes que lhe competem. O risco nesse caso é que sempre temos a mão a tentação de uma lógica terceirizada, nas mais distintas faces pelas quais podem nos aparecer, de forma sedutora, a falácia naturalista. Por isso, uma concepção de moral não pode se estabelecer nos mesmos parâmetros e critérios de uma epistemologia que privilegie a relação sujeito e objeto. Esse é o fundamento de autonomia do saber vinculado à ética.

Lamentar consiste em compreendermos o montante de acontecimentos que ficaram de fora de nossas avaliações e que surgiram sem que esperássemos ou pudéssemos ver, modificando pouco ou radicalmente o horizonte de eventos nos quais nos encontrávamos naquele determinado instante. Para a próxima decisão que precisarei tomar, tenho o lamento atual e uma ação que já transcorreu e que serve e não serve ao mesmo tempo como guisa, seja afirmando ou refutando, minha próxima escolha. Nossa inacessibilidade ao futuro marca a avaliação moral que vamos fazer agora. Esse substrato de possibilidades, que nem sempre é claro e distinto, que ainda não definimos nem possuímos qualquer garantia de que transcorrerá de certa maneira é o conteúdo da sorte moral.

É no futuro que se torna passado, na sua manifestação enquanto presente, que só possuímos de fato, acesso ao objeto de nossa ação e daí o lamento torna-se um momento tão especial nesse processo avaliativo. A sorte, em última instância não pode ser compreendida como algo não causado, que se manifesta de qualquer jeito em um formato imprevisível. Essas são a condições as quais tomamos nossa decisão. As contingências possuem todas as suas razões de ser. Williams retira de certa forma um idealismo da ação para nos remeter à sua precariedade e os limites a que somos submetidos em nossas avaliações.

Vivemos situações mais usuais e outras que não são corriqueiras ou apenas eventuais. Esse acúmulo torna-se importante para considerarmos as condições de nossas ações, na medida em que podemos avalia-las como válidas ou não, em acordo com o conteúdo por nós valorado. As ocorrências em questão possuem maior ou menor identidade e familiaridade, o que denota o grau da experiência e também o teor considerado pelo agente, gerando um vínculo maior ou menor com a razão que busca o sentido desses fatos. Na tentativa de organizar a relação entre a experiência e o agente, "*nossa própria agência e o sentido de nossos lamentos não só podem regimentar-se de acordo com uma imagem muito simples da racionalidade*" (Williams, 2013), como podem estabelecer cadeias mais complexas de acontecimentos e eventos. O que nos remete aqui é uma necessidade de buscarmos tais explicações e sentidos para a existência que julgamos ter algum domínio.

Podemos afirmar assim que, independente de nossas posições, ideologias, crenças, intenções ou desejos, queremos sempre justificar, e qualquer "*justificação só pode ser retrospectiva"* (Williams, 2013, p. 39). Ao que atribuímos ou sentimos como êxito, fracasso, desprezo e reconhecimento- que formam elos importantes entre o agente e a avaliação moral- constituem-se em partes fundamentais dessa experiência. Williams lança, o que podemos chamar do paradigma do artista, ao analisar a conduta e a obra de Gauguin. Poderíamos atribuir algum sentido à sua produção artística, ou esse é um trabalho que interessa tão somente ao seu criador? Repousa aí um dilema de se viver em pleno acordo com as próprias

concepções estéticas (o que se atribui ao gosto, ao desejo e ao belo) ou adaptar-se às exigências externas que, na mesma busca de sentido, almejam determinar o que seja sua arte, portanto, se é válida ou não nesse quesito.

Essa é uma questão universalizável, em que podemos inquerir se o reconhecimento de si é o suficiente para determinar o sucesso ou se é necessário a anuência dos outros em relação às nossas condutas. Da mesma forma, podemos indagar quais são as condições racionais que temos em antecipar o resultado e a recepção da obra de um artista e nessa esteira, se o próprio êxito pode ser previsto. Não há nenhuma garantia de que o resultado de nossas ações, consideradas grandes ou pequenas, simples ou complexas, meticulosas ou espontâneas, atinjam a finalidade que a elas concebemos.

Entrevemos que a ética não se circunscreve apenas como um terreno de antecipação da ação, mediante uma prévia avaliação moral, pois nossa racionalidade prática ou qualquer ciência disponível não possuem tamanho poder e capacidade. Nesse sentido, Cottingham deixa bem claro, ao expor o pensamento de Williams que estamos no campo da *radical contingência da ética* (Cottingham, 2009, p. 24), colocando em suspenso nosso acesso à qualquer justificativa moral quando nos propomos a tomar uma direção qualquer. "Se não pode haver justificação moral que seja acessível no momento da decisão, então, o argumento, segundo a concepção que isola a moral da sorte, não pode haver justificação moral de nenhum tipo" (Williams, 2013, p. 40).

Entramos no cerne da questão proposta por Williams: não existe meio racional de separar a moral das condições atuais de decisão do agente. Nesse sentido: 1) casos que podemos considerar simples ou particulares seguem a mesma lógica de ocasiões consideradas complexas ou históricas; 2) qualquer avaliação moral adequada parte do princípio de que há uma variabilidade de situações que concorrem com a realidade atual, compondo-a, e que estão fora do alcance e do domínio do agente; 3) que estamos na condição invariável de viver, lidar e decidir num mundo que não possuímos total controle. São constatações das quais um estudo sobre a moral não pode abrir mão, sob pena de propor um tipo de avaliação que passa ao largo dos acontecimentos, sejam eles pequenos ou grandes.

Do que depende o sucesso de Gauguin, de fatores externos ou internos às suas tomadas de decisão? O conceito de sorte moral instala-se nessa tensão absoluta entre o que pensamos estar em nosso domínio e o que escapa de nossas percepções, sentimentos e emoções. Esse pode ser considerado um movimento *contra solipstista* ou uma versão do próprio inconsciente, quando traz à luz do sujeito, enquanto agente moral, suas limitações plenas de avaliar suas situações vividas. Esses episódios, por sua vez, estão atrelados a outros, que podem ser externos ao agente, no entanto, operam diretamente em sua experiência.

> Alguém pode perguntar-se se isto é realmente sorte, e, no caso de sê-lo, se não deve ser sorte de um todo constitutivo que afeta a todos e que dissemos que deixamos de lado. Mas, é mais do que isso. Não é meramente a sorte de ser tal homem, mas a sorte relativa às deliberações que levaram à sua decisão, que fizeram com que ele fora tal homem: poderia (epistêmicamente) não ter sido (Williams, 2013, p. 43).

As decisões são tomadas então, mediante as condições apresentadas pela sorte, que pode ser intrínseca – onde toda a justificação depende somente do agente - e extrínseca – conjunto de forças que atuam à revelia do agente. Ambos - o que pode ser considerado interno, bem como o que pode ser elencado como

externo - são determinantes para o sucesso ou derrocada de um projeto que concebemos. Toda projeção é exatamente o que esperamos, de nós mesmos e dos outros, em relação à uma deliberação proposta. Se a decisão é tomada, só podemos saber de seu conteúdo moral partindo de seu resultado, o que gera nesse caso o material necessário para considerarmos a importância do lamento no campo ético-moral.

Os conteúdos e as experiências ocasionadas por aquilo que consideramos exitoso são radicalmente distintos do que atribuímos ao erro. Podemos sempre considerar que, seria muito melhor se as coisas fossem diferentes, se este ou aquele evento não tivesse ocorrido ou se Laio tivesse atrasado alguns minutos em seu caminho. Só percebemos o que admitimos como nossos obstáculos na medida em que a passagem para a direção que almejamos encontra-se parcial ou totalmente bloqueada. O que pode ser então considerado como o *lamento do agente* (Williams, 2013, p. 48), que vislumbrou seu estado atual ou presente como resultado dos eventos e episódios de outrora, considerando somente a si mesmo como participante ou responsável (sorte intrínseca) dos eventos ocorridos.

As condições que exigem essa atuação, independente de seus resultados, podem ocasionar no agente os sentimentos de protagonismo da ação, antagonismo da ação (atuação como espectador) ou mesmo de dúvida entre um e outro, quando o lamento gera a seguinte reflexão: "*Poderia ter feito algo?* " São inúmeras as diferenças de pensamento, sentimentos e decisões na medida em que consideramos errar voluntariamente ou vislumbramos que nos equivocamos involuntariamente.

Há uma distinção aqui entre o lamento do agente e o lamento do espectador, no entanto, em ambos os casos, o que podemos afirmar é o papel irredutível da sorte moral, que demonstra a todo instante a fragilidade de nossas avaliações morais, por mais fortes que as possamos considerar. Nos percebemos aqui, ativos, ainda que insuficientemente, ou omissos, ainda que de maneira não proposital, diante dos resultados das decisões que tomamos.

> A história de alguém como agente é uma rede em que todo aquele que é produto da vontade está radicado, sustentado e parcialmente conformado por coisas que não são, de tal modo que a reflexão pode ser expressa em duas direções: na direção de dizer que a agência responsável é um conceito básico superficial, que tem um uso limitado na harmonização do que sucede; ou que não é um conceito superficial, mas que não pode ser finalmente significado (Williams, 2013, p. 51).

As intercorrências da sorte, na medida em que apresentam e colocam em jogo as condições para qualquer tomada de decisão, marcam a essência da moral e que tipo de acesso temos no processo de constituição dos valores que dão o sentido ético de uma determinada experiência. O não-objetivismo da Filosofia Moral em Williams torna-se um caminho a se pensar, não na imputabilidade de qualquer um que seja, como condição de vítima absoluta das circunstâncias vividas, mas na distância enorme entre fato e valor, agente e valor universal.

Referências:

CANTO-SPERBER, Monique. Dicionário de Ética e filosofia Moral. Editora Unisinos, 2ª Edição, 2013.

CALLCUT, Daniel (Ed.) Reading Bernard Williams. Routledge, 2009.

BONNEAU, Cristiano. PEQUENO, Marconi. DESIRÉ, Tayara. Perspectivas Éticas. Apresentação de Róbson Cordeiro. Editora Lumen Juris, 1a ed. João Pessoa, 2021.

BONNEAU, Cristiano (Organizador). O pensamento trágico à luz da ética. Prefácio de Geraldo Alexandre Gomes. Himeros Editoria, 1a ed., Foz de Iguaçu, 2023.

NAGEL, Thomas. "Moral Luck". In: *Mortal Questions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2009.

NUSSBAUM, Martha C. *The Fragility of Goodness: Luck and Ethics in Greek Tragedy and Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

STATMAN, Daniel (Ed.). *Moral Luck*. Albany: State University of New York Press, 1993.

SÓFOCLES. A trilogia tebana. Tradução de Mário gama Kury. 11 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

WILLIAMS, Bernard. Moral Luck- Philosophical Papers 1973-1980. Cambridge University Press.

WILLIAMS, Bernard. NAGEL, Thomas. La suerte moral. Traducción e introducción de Sergi Rosell. KRK Ediciones, Oviedo, 2013.

Recebido em: 02/2026
Aprovado em: 05/2026